



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 02 /23**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 21 DE ABRIL  
DE 2023**

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre da Junta de Freguesia de Alcochete, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pelo Partido Socialista:*

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Diogo da Silva Mourão, José Luís Nunes Catalão, Mafalda de Almeida Catalão, José João Pereira Tavares e João Agostinho da Costa Carapinha Espiga.

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Álvaro Jacinto da Costa, Rui Miguel da Silva Mortal, Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão e Helena Paula Menezes Batista.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Patrícia Pinto Felizes Figueira.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Maria Manuel da Costa Maduro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Leonel Cristóvão Cunha Fina, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, por motivos profissionais, tendo sido substituída por João Nuno Navarro Monteiro Baptista Coelho (Documentos anexos à Minuta da Ata).

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituído por José Paulo Ribeiro Sena, dado as indisponibilidades Nelson Roberto Nery Pinto, Joana Mafalda Gabriel Santos Nicolau, Fernando Martinho de Sousa Correia, Ana Mafalda Boieiro Marques, Jorge Manuel de Sousa Sinquenique, Alexandra Isabel da Silva Bráz e Maria da Conceição Falcato Seixal, igualmente por motivos profissionais (Documento anexo à Minuta da Ata).

*Pelo Partido Social Democrata:*

- Andreia Patrícia Silva e Sousa, por motivo de se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por João Pedro Vila Viçosa Louro (Documento anexo à Minuta da Ata).

*Pelo Partido Chega:*

- Cecília do Carmo Teles Brandão Martins, por motivo de se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Nuno Filipe Valente (Documento anexo à Minuta da Ata).

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontram-se presentes o senhor presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltaram à sessão o senhor vereador Dário João Ferra Moura por compromissos previamente assumidos e o senhor vereador Luís Miguel Carraça Franco por motivos profissionais (Documentos anexos à Minuta da Ata).

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período, ao abrigo da alínea c), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a seguinte ata:

- **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28 de fevereiro de 2023**

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

Não votaram: Helena Paula Menezes Batista, Patrícia Pinto Felizes Figueira e Nuno Filipe Valente, por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código Procedimento do Administrativo.

**Ao abrigo da alínea d), n.º 2, do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:**

- Rui Mortal, bancada da CDU

Na sequência de uma reportagem emitida pelo canal televisivo SIC, no programa intitulado de “Linha Aberta” com Hernâni Carvalho e verificando que se trata de situação premente e urgente para a pessoa entrevistada, questionou quando está previsto efetuar a obra de construção da rampa.

Quanto à obra da avenida do Canto do Pinheiro, com data prevista para inauguração, o dia 28 de abril de 2023, perguntou se no dia da inauguração o poste de eletricidade ou telecomunicações ainda vai estar implantado no meio da ciclovia ou se, entretanto, já estará retirado, ficando assim a obra acabada a cem por cento de forma a poder ser utilizável por todos os munícipes, tal como outras obras, como por exemplo a do “Passeio do Tejo”, uma obra, possivelmente de maior dimensão que a da avenida do Canto do Pinheiro, que

no dia da inauguração ficou totalmente livre para os munícipes usufruírem sem qualquer poste no meio.

Mais questionou se a autarquia iria reabilitar os espaços verdes da avenida Euro 2004, dado que se encontram, presentemente, degradados.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Solicitou informação sobre as mesmas questões que colocou na última assembleia, ou seja:

- » Razão pela qual a placa que afirma a data e o momento em que foi remodelado o largo da República, em Samouco, foi arrancada e retirada do local;
- » Por que motivo aquando das obras de conservação do Campo de Futebol do Samouco só terem sido pintados dois lados do muro, enquanto o campo tem quatro lados de muro.

– Nuno Valente, bancada do Chega

Interrogou sobre a notícia, inicialmente levada a público pelo PAN, de a autarquia estar a financiar com verbas do PRR, ingressos para touradas, tendo mais tarde sido difundida em toda a comunicação social. Realçou que o Chega não é contra as touradas, pelo contrário, defende as tradições.

Seguidamente, tendo a informação que o Governo irá avançar com portagens na A33, no troço entre o Barreiro e Montijo, indagou se o executivo camarário pretende questionar o Governo ou fazer algum tipo de pressão indireta, dado que o assunto pertence à tutela, para tal não acontecer.

– João Pedro Louro, bancada do PSD

Relativamente ao flagelo que assola Alcochete há demasiado tempo, que se prende com a apanha de bivalves e tendo conhecimento que recentemente

vários membros do Governo visitaram não só Alcochete, como todo o distrito de Setúbal, questionou se existiram desenvolvimentos sobre esta matéria.

Depois, dado o desafio com que o concelho de Alcochete se depara a algum tempo de garantir um médico de família a todos os utentes do concelho, dado que atualmente nem todos os inscritos no UCSP de Alcochete têm atribuído um médico de família e estando em vias de abrir um concurso para a colocação de médicos de família, interrogou qual é a expectativa quanto a esse concurso face ao concelho de Alcochete e se, eventualmente, o executivo municipal coloca a hipótese de existir, de propor ou implementar alguns incentivos extra, para além do suplemento remuneratório que à partida o Governo atribuirá a locais onde mais de 25% da população não tenha médico de família, à semelhança de outras autarquias, como é o caso da Câmara Municipal de Mafra, Câmara Municipal de Monsaraz e para não mencionar só autarquias Social Democratas, como é o caso da Junta de Freguesia de Benfica.

– Presidente da câmara

Em relação à reportagem que o canal televisivo SIC preconizou, mencionou que não se ia alongar muito sobre o assunto, sobretudo por respeito a todos que padecem do mesmo tipo de doença da entrevistada, mas particularmente pelo respeito que o casal mencionado na reportagem merece. Informou que a assinatura do contrato para construção da rampa será assinado no final do presente mês (abril) e terá um prazo de execução de 60 dias.

Relativamente à obra das avenidas 5 Outubro e Canto do Pinheiro, primeiramente referiu que nunca foi mencionado nada acerca da inauguração da mesma, apenas foi falado que a obra tinha um prazo para estar finalizada, isto é, o dia 28 de abril. Quanto ao aludido poste, informou que o mesmo já tinha sido retirado pela E-Redes, a exemplo do que vai acontecer com outros postes que ainda se encontram instalados e que a seu tempo serão retirados. Salientou que a sua maior preocupação com esta obra foram os constrangimentos provocados ao longo da sua existência, a todos os munícipes que residem e aos que desenvolvem a sua atividade económica

naquele espaço territorial e por esse facto teve, mais do que uma vez, oportunidade de pedir desculpas aos munícipes por esses constrangimentos. Antes do início da obra reuniu com os moradores e comerciantes locais, no sentido de os elucidar sobre a importância da obra e dos constrangimentos que iriam sentir, uma obra fundamental, dado que no local há mais de 70 anos que não era efetuada uma intervenção ao nível do subsolo.

Quanto à alusão desta obra com a obra do “Passeio do Tejo”, considera que são obras completamente distintas e diferentes, cada uma com as suas dificuldades e com as suas características. Salientou que aquando da construção do “Passeio do Tejo” os tempos eram outros, a mão-de-obra abundava, hoje pode dizer que a obra das avenidas 5 de Outubro e Canto do Pinheiro não se prolongou ainda um pouco mais no tempo porque a empresa que ganhou o concurso foi absorvida pela empresa Mota-Engil e foi esta, enquanto grande empresa nacional, que acabou por imputar um conjunto maior de recursos humanos e uma dinâmica maior para que a obra ganhasse velocidade.

No que concerne à questão da avenida Euro 2004, informou que era competência do empreendimento *Freeport*, num acordo que o atual executivo conseguiu desenvolver ainda no mandato anterior, a manutenção do espaço desta avenida. Esta entidade, inclusivamente, adicionou a esse compromisso as rotundas que até aí não faziam parte do Acordo. Neste momento, a obra das avenidas 5 de Outubro e Canto do Pinheiro abrange a primeira rotunda, sentido Alcochete/Freeport, pelo que é natural haja algum desfalecimento no que diz respeito à manutenção do espaço. Também, o *Freeport* vai avançar com a continuidade da via ciclável e pedonal que se iniciou na rotunda do Entroncamento, numa obra que foi executada pela entidade “Burger King”, ao abrigo das suas competências no desenrolar da obra de construção das suas instalações, pelo que também poderá haver alguma displicência quanto aos espaços verde, até porque os mesmo terão de recuar ligeiramente.

Relativamente aos muros que não foram pintados do Campo Desportivo da Quinta da Praia, informou que a obra ainda não está terminada, pelo que nos

anos de 2023 e 2024 se espera finalizar aquilo que o município se propôs realizar, nomeadamente a questão relativa aos balneários das casas de banho públicas existentes no interior do campo, pelo que aquando do lançamento da empreitada serão contemplados esses muros.

Em relação à placa da praça da República, comunicou que a mesma se encontrava danificada e estava a ser alvo de manutenção para ser recolocada.

Em resposta ao deputado Nuno Valente e concretamente à cerca da questão da A33, mencionou que a autarquia não tem implicação direta com a obra que se está a desenvolver, contudo, adiantou que existe um projeto, apresentado no decorrer da iniciativa do Conselho de Ministros, intitulada de “Governo + Próximo” a todos os municípios do distrito de Setúbal, mas muito particularmente àqueles que incluem o chamado Arco Ribeirinho Sul. Segundo o que percebeu, o projeto é para avançar tão rápido quanto possível, vai abranger Alcochete e trata-se de uma via ciclável e pedonal que ligará Almada a Alcochete. Não foram transmitidos prazos de execução, não sabendo se a obra que se encontra em curso já diz respeito a esta matéria, mas julga que não, estando também previsto existir uma faixa dedicada aos transportes públicos que ligará Alcochete ao Barreiro.

Quanto à questão de aplicabilidade de verbas inerentes ao PRR na aquisição de bilhetes para a tauromaquia, o que lhe preocupa é facto de uma deputada que deveria conhecer bem este território, até porque tem investimentos realizados num concelho vizinho contíguo ao concelho de Alcochete, conseguir no meio de um hemiciclo com mais de 200 deputados, criar um extraordinário ruído. Esclareceu que o PRR é um nome que deu a um plano que contempla um conjunto de intervenções e intenções, existindo dentro do PRR uma ação que inclui entre outras operações, o combate ao isolamento e o envelhecimento saudável, que consiste em colocar os idosos a confraternizar uns com os outros, a terem acesso a iniciativas que nunca tiveram na sua vida. No mandato anterior já tinha sido desenvolvido ao abrigo dos Fundos Comunitários a aquisição de bilhetes para levar os idosos às touradas, nomeadamente em Alcochete, exatamente da mesma forma como se leva

estes ao jardim zoológico e ao Politeama, estando no dia de hoje 150 seniores nessa sala a assistir a um espetáculo de revista. De diferente entre o mandato anterior e o atual, é que os procedimentos da administração pública alteraram e presentemente teve-se de efetuar um procedimento único, ou seja, verificou-se quantas corridas se iriam realizar no presente ano e adquiriu-se os bilhetes na totalidade, o que dá um conjunto maior de verba, enquanto no mandato anterior a legislação previa a aquisição dos bilhetes por cada uma das corridas. Tudo o foi que efetuado está previsto e acredita que a justificação que foi dada à equipa que pediu satisfações relativamente a esta matéria é o correto, as verbas estão encaixadas nas áreas que o PRR define e a verba utilizada foi no âmbito do envelhecimento saudável, combate ao isolamento, entre outras rúbricas que visam juntar os idosos, considerando que nestas ações, nestes eventos, se ajuda aqueles que participam a serem mais felizes.

Relativamente às questões colocadas pelo deputado João Pedro Louro, nomeadamente quanto à apanha de bivalves, referiu que o importante para si não é trazer deputados à praia do Samouco ou à praia de Alcochete para os sensibilizar para o flagelo que se vive há mais de 15 anos, contudo, aquando da realização do Conselho de Ministros foi solicitado ao município, julga que também a todos os municípios do distrito de Setúbal, que elencasse para depois ser alvo de análise e discussão junto do Conselho de Ministros, os problemas identificados no concelho e o que foi enviado para o gabinete do senhor Primeiro-Ministro foi precisamente a problemática desta apanha de bivalves. Realçou que no presente dia teve oportunidade de falar com o senhor Procurador Magistrado Público, do Tribunal da Comarca de Lisboa, onde o município de Alcochete detém assento enquanto órgão consultivo, também sobre esta matéria. Todos os dias a premissa do executivo é fazer o melhor que sabe e pode, no sentido de serem criadas condições para que esta atividade se possa desenrolar dentro daquilo que é estritamente legal, o que não acontece nos dias de hoje e para a resolução de problemas colaterais que esta atividade também desenvolve que não tem apenas e só a ver com a apanha ilegal.

Em relação à questão da saúde e dos médicos de família, um problema que também não é de agora, mencionou que de acordo com os Censos de 2021, o concelho cresceu em mais de 1500 pessoas, mas o número de utentes da UCSP de Alcochete sem médico de família é significativamente maior. Uma das preocupações do atual executivo ainda antes da descentralização de competências foi tentar perceber porque é que não eram abertos concursos para substituição dos médicos que estavam a reformar-se, portanto necessário, não só para UCSP de Alcochete, como também para a extensão do Samouco, mas o que é facto é que na altura foi aberto um concurso público para dois médicos e o mesmo ficou deserto, o que lhe faz alguma confusão, era capaz de perceber alguma razoabilidade neste deserto de concurso em locais do interior, mas em Alcochete, onde se tem apenas e só a ponte Vasco da Gama a separar-nos da capital portuguesa, não percebe. Neste momento encontra-se aberto um concurso para nove médicos de família para a UCSP de Alcochete que abrangerá a extensão do Samouco, o que é uma boa medida. Informou que a autarquia juntamente com o ACES Arco Ribeirinho está a analisar do ponto de vista jurídico medidas que possam ser desenvolvidas para ser prestado o apoio necessário à instalação destes profissionais de saúde.

– Rui Mortal, bancada da CDU

Relativamente à questão do poste da obra das avenidas 5 de Outubro e Canto do Pinheiro, congratula-se por já estar resolvido. Considera que esta é uma obra de extrema importância para o concelho, uma obra projetada pelo executivo CDU.

Quanto à reportagem da SIC não quis aflorar o fundo da questão, pelo que apenas perguntou qual era a data de início da obra, mas considera que não obteve resposta, porque apenas foi dada informação que se iniciaria até ao final do mês, pelo que assim espera que aconteça.

– Patrícia Figueira, bancada do CDS/PP

Solicitou o ponto e situação sobre a implementação da Estratégia Local de Habitação.

– Presidente da câmara

Em resposta ao deputado Rui Mortal, referiu que se a CDU desenvolveu um projeto, esse projeto não é aquele que está no momento a acontecer. Realçou que o que existe de mais simples numa obra é o projeto, a obra é que é difícil de executar.

Em relação à reportagem da SIC, julga que foi esclarecedor, a obra vai começar no final do presente mês, realçando que sempre foram prestados todos os esclarecimentos à pessoa em questão, por via do Setor de Ação Social.

Quanto à questão sobre a Estratégia Local de Habitação, começou por referir que esta foi alvo de apresentação e aprovação em reunião de câmara e assembleia municipal. A mesma assenta em dois pilares fundamentais: habitação social e construção de habitação a rendas acessíveis. Informou que no momento o município possui um parque habitacional com 50 habitações e dado que há muitos anos que não é executada a construção de raiz de um edifício específico para habitação social, está a aproveitar as oportunidades do PRR e do Programa “1.º Direito”, para até final do ano de 2026, construir tantas habitações quanto aquelas que existem atualmente, isto é, 50. A autarquia não possui terrenos para o efeito, os que existem são muito ambíguos e estão confinados a um propósito, nomeadamente para equipamentos municipais (o que vai permitir também dar resposta a um conjunto grande de carências que existem), pelo que existiu um grande esforço financeiro para adquirir três lotes de terreno que juntamente com um lote propriedade do município sito no Alto do Castelo, vai permitir construir cerca de 27 fogos para habitação social.

No que diz respeito às rendas acessíveis, a autarquia é proprietária de um outro terreno, junto do Valbom, onde no momento se está a desenvolver o desenho prévio para a construção que irá se reger por rendas acessíveis. Não

sabe precisar ainda o número de fogos envolvidos, mas está convicto que andar­á em mais de 20 fogos, pois dependerá da tipologia das casas a serem criadas.

O município também está a desenvolver todos os esforços necessários para que os Planos de Pormenor, particularmente, o Plano Pormenor da Quinta da Coutadinha, existindo já a garantia por parte dos promotores, mas faz-se questão que isso fique escrito e desenhado no próprio Plano que a habitação que irá ali nascer a seu tempo, esteja contemplado a questão das rendas acessíveis. Informou que na passada semana teve oportunidade de enviar ao senhor Ministro das Finanças, a pedido do mesmo, indicação dos terrenos dos quais a câmara municipal é proprietária, nomeadamente, um no Valbom e um em S. Francisco, existindo a intenção e a disponibilidade para eventualmente adquirir, por exemplo, um terreno no Samouco e depois mais em Alcochete. O objetivo das rendas acessíveis consiste fazer com que os jovens naturais de Alcochete não tenham de ir residir noutros concelhos, de modo que não se perca ou não possamos no futuro vir a perder aquilo que é o nosso rosto e a nossa identidade. São processos muito morosos e, sobretudo, pior quando a autarquia não tem terrenos e tendo em conta aquilo que é o mercado imobiliário no concelho de Alcochete, mais torna a missão difícil, mas não deixa de ser desafiante para o executivo conseguir concretizar estas metas que são fundamentais para os jovens do concelho e para as pessoas que não têm as melhores condições de vida e que também merecem ter uma habitação condigna.

– Leonel Fina, bancada do PS

Na qualidade de presidente da Junta de Freguesia do Samouco, em relação à placa da praça da República, em Samouco, afirmou que a mesma, infelizmente, caiu em cima de uma criança, pois não se encontrava fixa ao chão com parafusos, nem buchas, estava só fixa com silicone. Dado o acontecimento, não foi da opinião de colocar a placa sem a mesma ser fixa e chumbada ao chão, para não tornar a acontecer o mesmo. Uma vez que o piso está todo a abater, vendo-se pela estrada que aquelas obras foram realizadas

à pressa, está-se à espera que o chão abata mais, para depois se pedir à câmara municipal para efetuar uma intervenção em condições e para se poder fixar então a placa.

Na altura desta intervenção o vereador Jorge Giro solicitou autorização para falar.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que lamentava esta intervenção, por considerar que as coisas têm de ser ditas no sentido da verdade, ou seja, estar a dizer que a placa estava fixa só com silicone, não, os buracos que lá estão que fixava a placa é que foram tapados com silicone, mas considera que o problema que se coloca não é esse, porque existe vandalismo. Asseverou que uma das obrigações das autarquias é a conservação e a manutenção dos espaços públicos urbanos e tendo em conta que a placa foi retirada há mais de um ano, afirmou que para colocar a mesma não é necessário fazer um projeto como é necessário para outras ações, são trabalhos efetuados por administração direta de um dia para o outro. Só não se faz, porque entendem que não devem fazer e os motivos são óbvios. Reconheceu que realmente no largo existe uma zona que abateu, junto aos esgotos, as fugas de águas dos esgotos pluviais muitas vezes fazem isso, ali e em todo o lado, mas quando isso acontece, se a obra estiver dentro do prazo de garantia, a empresa que realizou a obra deve ter chamada a fazer a reposição. Considera que se tem de ter atenção quando se afirma determinada situação, porque a resposta de que a placa só estava fixa com silicone, originava a que qualquer pessoa que se encostasse à mesma, ela caísse. Aludiu que o senhor presidente da junta não estava no local na altura que a mesma caiu, só viu no outro dia que a mesma estava no chão e houve quem fosse lá ver, foi arrancada e depois retirada do local.

– Presidente da assembleia

Considera que se está a perder tempo com esta discussão, se foi vandalismo ou não, estava fixa só com silicone ou não, não é relevante. Quanto ao pedido

para o vereador Jorge Giro intervir, mencionou que de acordo com o Regimento um vereador pode intervir em defesa da honra, invocando-a ou se for interpolado pela assembleia. Assim, se não invoca a defesa da honra e se não lhe foi colocada nenhuma questão direta, não vê razão para o facto.

- Leonel Fina, bancada do PS

Referiu que não deu pela placa caída no chão no dia seguinte e não foi vandalizada durante a noite, caiu quando estava a haver um espetáculo no largo e estava presente nessa altura, como dezenas de pessoas, e estava fixa só com silicone e isso foi visível. Agora vai levar uns pés para serem chumbados ao chão.

**Ao abrigo da alínea f), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:**

- José Luís Catalão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Saudação “25 de abril de 1974, 49 anos de Liberdade e Democracia”:

«Na madrugada de 25 de abril de 1974, os militares do Movimento das Forças Armadas (MFA), composto na sua maioria por capitães, saíram do Quartel da Pontinha, em Lisboa, ao som de Grândola Vila Morena, de Zeca Afonso, comandados por um dos maestros do Golpe de Estado, Otelo Saraiva de Carvalho.

A par de Lisboa, também no Porto existiram militares a tomar posições. E a partir de Santarém, sob o comando do capitão Salgueiro Maia, os homens da Escola Prática de Cavalaria tiveram a importante missão de vir ocupar o Terreiro do Paço e os ministérios ali instalados.

Estas importantes movimentações revolucionárias deixaram para trás 49 anos de um regime autoritário, que governava em ditadura e fazia uso de todos os

meios que tinha ao seu alcance para reprimir as tentativas de transição para um estado de direito democrático, repleto de iniciativas e conquistas que só foram possíveis vivendo num estado livre e democrático.

Porém, não nos esqueçamos que a liberdade, definida em dicionário como “o direito de proceder conforme nos pareça”, só será plena quando esse direito não se sobrepuser ao direito de outrem, porque “a liberdade de cada um individualmente termina, onde começa a do outro” e não usemos reproduzir ou seguir as ideias e ações políticas revolucionárias que vemos em outros países, em que as linhas ténues são pisadas e as liberdades quebradas, não nos esqueçamos do nosso passado e do que custou a alcançar, para que nunca ponhamos em risco o que alcançámos.

A bancada do Partido Socialista vem por este meio saudar todos os militares e civis que fizeram com que o dia 25 de abril de 1974 ficasse para sempre na história como o dia em que Portugal deu os seus primeiros passos rumo a um Estado de Direito Democrático.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

– Ana Lúcia Maduro, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Saudação “Dia Internacional do Trabalhador”:

«O Dia Internacional do Trabalhador é a data comemorada internacionalmente, que nasceu da luta de trabalhadores norte-americanos que, em 1886, fizeram pela primeira vez greve com o objetivo de conquistar melhores condições de trabalho, nomeadamente, a redução da jornada diária de trabalho das dezassete para as oito horas laborais.

Em Portugal, o direito de comemorar esta data só foi restituído após a Revolução dos Cravos, uma vez que durante o Estado Novo, as manifestações

no Dia do Trabalho (e não do Trabalhador) eram organizadas e controladas pelo mesmo.

Ao longo dos anos, no Portugal democrático muito se tem feito para melhorar as condições laborais dos trabalhadores, novas leis, criação de postos de trabalho, melhoria das condições contratuais, regulação de contratos, o aumento do salário mínimo nacional, entre outras medidas, no entanto, sabemos que muito ainda se pode fazer, quer seja no apoio aos que têm menos e piores condições profissionais e salariais, quer seja pelo combate às desigualdades que ainda existem entre sexos e setores. A luta pelas melhorias não para, nunca parou e nunca vai parar, porque a força motora do país – os trabalhadores e as suas famílias – merecem mais e melhores condições laborais, respeito e apoio de patrões, parceiros e Governo.

A bancada do Partido Socialista vem deste modo saudar aqueles que em 1886 ousaram reivindicar pela primeira vez os seus direitos laborais e todos os trabalhadores que atualmente continuam a ter a oportunidade de assinalar este 1.º de Maio em sua homenagem.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

- José Tavares, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor “Coletividades do Concelho”:

«Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio apresentar um Voto de Louvor às diversas coletividades do concelho, que comemoraram recentemente os seus aniversários e que passamos a enumerar:

- A Sociedade Recreativa de São Francisco, fundada a 1 de março de 1944, pelo seu septuagésimo nono aniversário;

- A Associação GilTeatro, fundada a 4 de março de 1997, pelo seu vigésimo sexto aniversário;
- A Associação de Caçadores de Alcochete, fundada a 13 de março de 1989, pelo seu trigésimo quarto aniversário;
- A Associação de Pescadores de Alcochete, fundada a 18 de março de 2005, pelo seu décimo oitavo aniversário;
- O Futebol Clube de São Francisco, fundado a 19 de março de 1977, pelo seu quadragésimo sexto aniversário;
- A Associação Académica de Alcochete, fundada a 23 de março de 1994, pelo seu vigésimo nono aniversário;
- A Associação das Tradicionais Festas de Confraternização Camponesa, fundada a 3 de abril de 2002, pelo seu vigésimo primeiro aniversário;
- A Casa do Povo de Alcochete, fundada a 15 de abril de 1943, pelo seu octogésimo aniversário.

Louvamos também os organizadores das tradicionais Festas do Círio dos Marítimos que, após um interregno forçado de três anos, puderam devolver a Alcochete as suas tradicionais comemorações Pascais. Assim, pelas ruas de Alcochete voltamos a ter o cortejo dos Marítimos, conhecido pelo desfile em burros de solteiras e casadas, os almoços e jantares de confraternização e, na segunda-feira, a habitual peregrinação dos devotos, rumo à Igreja de Nossa Senhora da Atalaia, seguido da missa Pascal e Procissão das bandeiras oferecidas e depois do almoço cumpriu-se com a esperada arrematação das bandeiras e das tradicionais fogaças.

Finalmente, voltou-se a cumprir uma das tradições mais identitárias da nossa gente.

A todas as nossas associações e coletividades que continuam a desempenhar um papel fundamental em prol do nosso concelho e da nossa população, a bancada do PS agradece o esforço e dedicação e solicita à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 21 de abril de 2023, que este Voto de Louvor seja votado e remetido para as entidades acima mencionadas.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Pesar “Comendador Rui Nabeiro (1931-2023)”:

«Os elementos da bancada da Assembleia Municipal do Partido Socialista vêm por este meio apresentar um Voto de Pesar pelo recente falecimento do Comendador Rui Nabeiro, um dos maiores empresários portugueses.

Manuel Rui Azinhais Nabeiro nasceu em Campo Maior, no dia 28 de março de 1931, no seio de uma família humilde. Desde cedo percebeu que para ter sucesso na vida muito teria de trabalhar. Foi ainda jovem que tomou as rédeas da fábrica familiar de torrefação e desde aí o seu percurso fala por si.

Rui Nabeiro foi um empresário visionário, fundador e presidente do Grupo Nabeiro. Ao longo da sua vida, dedicou-se incansavelmente ao seu negócio, construindo uma empresa que se tornou uma referência nacional e internacional. Nabeiro privilegiou os trabalhadores ao lucro, ficando famosas as suas frases: “O objetivo da empresa é o lucro, mas o importante é a forma como pensa nas pessoas” e ainda “Podíamos ter as coisas mais automatizadas, mas eu prefiro dar mais empregos”.

Mas o legado de Rui Nabeiro vai além do seu sucesso empresarial, uma vez que foi um grande defensor do desenvolvimento regional do interior e contribuiu significativamente para a economia portuguesa.

Além disso, Rui Nabeiro foi um exemplo de dedicação à responsabilidade social e à filantropia, sendo um reconhecido mecenas, benfeitor e um grande apoiante de projetos sociais, culturais, educacionais e de caridade, demonstrando sempre a sua preocupação com o bem-estar das pessoas.

A partida de Rui Nabeiro, no passado dia 19 de março, deixa uma lacuna no mundo empresarial e, em particular, na sociedade portuguesa. Mas acreditamos que o seu legado inspirador continuará a influenciar as futuras gerações de empresários.

A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal solicita que depois de votado, este voto seja enviado à família enlutada e que esta assembleia preste um minuto de silêncio em memória do Comendador Rui Nabeiro.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Foi cumprido um minuto de silêncio em memória do falecido.

- Rui Mortal, bancada da CDU

Apresentou a seguinte proposta de Moção “Comemorar Abril, Afirmar e Valorizar o Poder Local Democrático”:

«Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam.

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaraterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhes as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia Municipal delibera:

1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;

2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatórios;
5. Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas;
6. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigido às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de emancipação, democracia e liberdade.»

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Diogo Mourão, bancada do PS

Mencionou que na Moção é pedido à Assembleia que delibere seis pontos, sendo que o quinto é “dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas”, mas como isso não se aplica no nosso concelho, tem dúvidas se Assembleia deve deliberar algo que não se aplica ao nosso município. Para si só faz sentido ter esta deliberação na Moção, com a inclusão de um destinatário.

- Nuno Valente, bancada do Chega

Referiu que é verdade que o PCP lutou contra o fascismo, ou seja, ditadura, porque Portugal nunca teve fascismo. Fascismo foi um regime que decorreu em Itália, como o Nacional Socialismo na Alemanha, Portugal teve uma ditadura. Para si, o PCP ao apresentar esta Moção, típica no distrito ou em todo o país, nesta altura, usando o fascismo numa data que efetivamente foi importante para Portugal, porque foi a primeira fase em direção à democracia,

contudo o próprio Álvaro Cunhal quando chegou a Portugal e lhe entregaram um manifesto do MFA, o que ele fez foi rasgá-lo. Considera que o que PCP tentou fazer foi branquear a história e impor o regime Comunista em Portugal. O Chega não é contra o 25 de Abril, contudo considera que foi o 25 de novembro, em que o PS teve uma parte importante, que colocou Portugal na verdadeira rota da democracia, tal e qual como a conhecemos hoje.

– Presidente da assembleia

Aludiu que o 25 de Abril deu liberdade de as pessoas dizerem aquilo que acham, a história é interpretada sobre várias visões, cada partido tem a sua. Portanto, quando alguém de um partido está a falar, se não concordamos, não se tem de estar a rir e a dizer que são barbaridades que estão a ser ditas, tem de se respeitar. Uma conquista do 25 de Abril é o respeito pelo outro, pelo que temos de respeitar que os outros pensem de maneira diferente de nós.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Em resposta ao deputado Diogo Mourão, referiu que o documento apresentado não é sobre o Poder Democrático de Alcochete, é sobre o Poder Local Democrático na sua generalidade. A reposição das freguesias é uma promessa, é uma determinação que está a ser encolhida de um lado e do outro e não avança, quando já foi decidido que seriam repostas. Não se aplica ao nosso concelho, mas isso não implica que a formalização dessas decisões não sejam postas em prática.

Seguidamente, mencionou que era verdade que o 25 de Abril deu a todos liberdade para que cada um pudesse expressar a sua opinião. Ouviu com atenção o que o representante do Chega disse, mas todos sabemos que quando o 25 de Abril derrubou o fascismo, as ideias fascistas não desapareceram, encolheram-se, encapotaram-se, puseram cravos à lapela, mas de acordo com as oportunidades aparecem e aparecem desta forma. Salientou que o Partido Comunista Português foi o único partido que antes do 25 de Abril lutou contra o fascismo. Aludiu que, hoje, os mais ilustres políticos

do nosso país, todos passaram pelo PCP, um partido com 100 anos de existência e que há 100 anos que combate as ideias do partido Chega, porém, o PCP cá está para continuar a defender a Democracia por uma sociedade mais justa.

– Diogo Mourão, bancada do PS

Referiu que a Moção ao ser de âmbito nacional, deveria ter um destinatário. Ininterruptamente, parabenizou o deputado Álvaro Costa por dizer que há mais de 100 anos a CDU/PCP combate as ideias do partido Chega, porém, não compreende porque que é que em alguns municípios do nosso distrito os executivos CDU têm dado pelouros a membros do Chega.

– Nuno Valente, bancada do Chega

Em defesa da honra, mencionou: «que não aceito lições de moral, muito menos do PCP. Eu sou originário do Barreiro, por isso sei bem o que é o Comunismo, porque lutei lá também partidariamente. No Barreiro, presentemente é diferente, mas há 20 anos tudo que era do PSD para a frente, era tudo fascistas e tinham o poder absoluto, felizmente que atualmente já não o têm e começam-no a perder. O Chega é antissistema, porque se nós hoje estamos aqui a comemorar o 25 de Abril, todos nós como políticos devíamos ter vergonha, ver um país mais pobre, 50 anos depois, em que os jovens têm que emigrar, ter os serviços públicos todos desmantelados e um país cada vez mais pobre e decadente, a morrer aos poucos e por isso devíamos ter todos um pouco de vergonha e pensarmos um pouco o que andamos aqui a fazer.»

– Presidente da assembleia

Mencionou que viveu antes do 25 de Abril, pelo que dizer que se vive pior hoje do que na altura é não ver a realidade à frente dos olhos. Alcochete de há 50 anos e de hoje é incomparável. Dizer que hoje estamos mais pobres, tem dúvidas, por exemplo, ter carro na altura era quase um luxo, presentemente é um meio normal de mobilidade para qualquer cidadão. Hoje temos acesso à

educação, antes do 25 de Abril nem todas as famílias tinham possibilidade de manter os filhos na escola. Portanto não partilha da mesma opinião. Não tem vergonha do seu país, pelo contrário, os políticos é que fazem muito mal a este país, quando passam a vida a denegri-lo. Basta de nós próprios andarmos a dizer mal do nosso país, o nosso país é belo, às vezes é que é mal governado, mal habitado. Conheceu o seu país e sua terra antes do 25 de Abril e conhece atualmente e não tem comparação, hoje somos um país mais desenvolvido e mais rico.

Submetido à votação, a Moção foi aprovada por maioria com 23 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 voto contra do Chega.

– Ana Brandão, bancada da CDU

Apresentou o seguinte Voto de Saudação “1.º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores”:

«Os acontecimentos ocorridos em Chicago em 1886, quando mais de 500 mil trabalhadores saíram às ruas numa manifestação pacífica, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho, nomeadamente a redução da jornada de trabalho para as 8 horas e que terminou com mortes e detenções, fizeram com que esta data seja comemorada a nível mundial de diversas formas e sempre por causas a todos comuns.

Durou até 1889 a repressão policial contra os trabalhadores de Chicago, cuja persistência na luta e a solidariedade internacional pelos direitos da classe, levaram o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, a decretar nesse ano de 1889 o 1.º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores, com repercussões em Portugal, que levaram ao reforço da luta do movimento operário português em finais do século XIX.

O primeiro 1.º de Maio livre celebrado em Portugal, 6 dias após o 25 de Abril de 1974, foi a maior manifestação alguma vez organizada no nosso país. Trata-se de uma data de elevada importância para trabalhadores, movimento sindical e

todos os defensores de uma sociedade mais solidária, mais justa e de afirmação dos valores sociais.

Desde então as lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical nacional e internacional, têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores.

É preciso combater a precariedade, sinónimo de baixos salários, horários incertos, falta de direitos e garantias, essa instabilidade permanente, que compromete o futuro de todos, mas sobretudo, o dos jovens e o desenvolvimento do nosso país.

Urge mobilizar os trabalhadores e população em torno das suas justas reivindicações, nomeadamente na defesa do emprego com direitos, no direito de contratação coletiva, pelo aumento dos salários e de outros direitos, por serviços públicos de qualidade e pela melhoria das obrigações do Estado na Saúde, no Ensino e na Segurança Social.

A bancada da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Alcochete, na sua sessão de 21 de abril de 2023, delibere:

1. Saudar os trabalhadores portugueses e manifestar solidariedade com a luta por eles desenvolvida;
2. Apelar e mobilizar as populações, os trabalhadores e a juventude para que transforme a manifestação da CGTP-IN no dia 1.º de Maio numa ação de exigência pela mudança de que o país precisa e pela afirmação de um Portugal de progresso, livre e soberano ao serviço do seu povo.
3. Esta Saudação deverá ser publicada *on-line* nos portais autárquicos.»

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- José Luís Catalão, bancada do PS

Sendo uma proposta para deliberação da assembleia, ou seja, para uma tomada de posição por parte da assembleia, solicitou que os pontos fossem votados em separado. Salientou que o documento entregue à bancada do PS, não referia o ponto 3.

- Ana Brandão, bancada da CDU

Informou que o ponto 3 foi acrescentado à posteriori.

- Álvaro Costa, Bancada da CDU

Referiu que o documento era para ser apreciado na sua globalidade, votar linha a linha ou frase a frase, julga que não é correto, nem a bancada da CDU aceita que se proceda assim, pelo que votam contra ou aprovam o documento.

- José Luís Catalão, bancada do PS

Aludiu que a Saudação não era uma proposta do deputado, mas da bancada e a partir do momento que solicitam a tomada de posição da assembleia, deixa de ser uma proposta da CDU, passa a ser da assembleia, pelo que estando em causa três pontos, os mesmos podem e devem ser votados em separado.

- Ana Brandão, bancada da CDU

Mencionou que o facto de a proposta estar numerada, não quer dizer que sejam três pontos, são três parágrafos que estão identificados com números, mas o documento é um todo, até porque se não for assim, como se colocaria o documento no portal.

- Presidente da assembleia

Referiu que não poderia votar a favor do ponto dois da Saudação, porque refere que as pessoas devem ir à manifestação da CGTP-IN, quando existem duas entidades sindicais no país. Não vai a nenhuma manifestação e não tem

de dizer qual é a manifestação que as pessoas devem participar, considerando que o ponto ao apelar para que se participe numa manifestação em detrimento de outra é desvirtuar o 1.º de Maio.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Reafirmou que o documento tem de ser apreciado e votado no seu todo. Não se vai partir o documento em três partes para depois discutir cada uma delas, considerando que nem é coerente.

Submetido à votação, o Voto de Saudação foi reprovado com 16 votos contra (15 do PS e 1 do Chega), 3 abstenções (2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 5 votos a favor da CDU.

- » Diogo Mourão apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do PS:

«A bancada do Partido Socialista saúda todos os trabalhadores portugueses e manifesta solidariedade com a luta por eles desenvolvida, mas não podemos concordar inteiramente com esta Moção, quando ela apela para a mobilização dos trabalhadores para uma manifestação sindical, quando no nosso país existe liberdade sindical e das pessoas individualmente.»

- » Nuno Valente apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do Chega:

«A bancada do Chega vota contra, pois o documento levado a votação não é um elevar dos trabalhadores, que o Chega enaltece, mas que historicamente tem sido usado pelo PCP e em especial a sua central sindical CGTP-IN. Não esquecemos todo o trabalho de agitação social que esta central sindical a soldo do PCP, tem feito, sempre com o intuito de agitar e atacar governos e partidos que se opõem ao comunismo e as suas agendas.

Reforçamos que somos pela defesa dos trabalhadores, mas não compactuamos com a instrumentalização dos mesmos, em benefício de um ou vários partidos políticos.»

Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo por um período de 5 minutos, o que foi aceite por unanimidade.

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A assembleia tomou conhecimento.

#### **PONTO 2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022 E RELATÓRIO DE GESTÃO 2022**

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 12/04/2023:

«No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras determinada pelas suas necessidades, para

efeitos de responsabilização pela prestação de contas; e para a tomada de decisões.

A estrutura concetual da informação financeira pública, prevista no SNC-AP, estabelece que a informação proporcionada pelo relato financeiro deve incidir genericamente, sobre:

- a) A posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa;
- b) O relato da informação financeira, orçamental e não financeira acerca da prestação de serviços efetuados;
- c) A Informação financeira e não financeira prospetiva;
- d) A informação relativa aos fatores mais importantes subjacentes ao desempenho do serviço das entidades públicas no período de relato e os pressupostos que suportam as expetativas sobre as suas atividades futuras, bem como os fatores que as influenciam.

Dando assim cumprimento ao estipulado no SNC-AP elaboraram-se os documentos de Prestação de Contas de 2022 e o Relatório de Gestão de 2022, que são acompanhados pelo *draft* da respetiva certificação legal de contas para conhecimento dos órgãos executivo que passará a definitivo após a sua aprovação em reunião de câmara e que será remetido à Assembleia Municipal para deliberação e conhecimento nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

Assim, proponho:

1. A aprovação da Prestação de Contas de 2022, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
2. A Aprovação do Relatório de Gestão de 2022, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
3. O envio dos documentos “Prestação de Contas de 2022” e “Relatório de Gestão de 2022” à Assembleia Municipal para deliberação,

conforme a alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

– Presidente da Câmara

Referiu que o exercício do ano de 2022, não apaga na totalidade os resquícios provenientes de 2020 e 2021 na sequência do esforço desenvolvido no combate à pandemia causada pelo vírus COVID19. Este retomar da normalidade em 2022 apresentou-se muito condicional e exigiu de todos os organismos públicos em geral e muito particularmente da Câmara Municipal de Alcochete, um esforço hercúleo para conseguir concretizar todos os objetivos materiais e imateriais a que o executivo municipal se propôs alcançar.

Não era de facto uma tarefa de todo fácil e especialmente concretizável num espaço temporal tão reduzido, contudo existia a expectativa assente numa esperança renovada e, sobretudo, em recomeçar no início de 2022 a tão desejada recuperação económica, todavia, eis que somos surpreendidos pelo eclodir da guerra na Ucrânia em pleno solo europeu. Tudo mudou e todo o desenho previsto de recuperação económica se esfumou. As famílias começaram a fugir da guerra e foram muitas as que escolheram Portugal para se refugiarem. A inflação começou uma escalada sem precedentes prolongando-se pelo ano inteiro. Os bancos centrais começaram a subir exponencialmente os juros de forma a travar o ciclo inflacionista e todas estas movimentações tiveram um impacto extraordinário nas revisões de preços das múltiplas empreitadas que se encontravam em curso, desafiando todo e qualquer orçamento em vigor, assim como na aquisição de bens e serviços e ainda o embate estrondoso que afetou especialmente o mercado imobiliário. Não obstante todas estas adversidades, o executivo municipal não baixou os braços.

É certo que se está a vivenciar um tempo de mudança, um tempo que nos condiciona à reflexão sobre qual o papel do ser humano no mundo. As dúvidas

são muitas e seguramente tardam em se dissipar e, por isso, o executivo desenvolveu um esforço acrescido que incide sobretudo no planeamento estratégico que será materializado na revisão do Plano Diretor Municipal de Alcochete, bem como, também nas alterações, bastante acentuadas, introduzidas pelo Quadro Comunitário 20/30, atendendo àquilo que se pretende concretizar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência Português, sendo que este programa de natureza nacional, possui um período de execução até 2026 (o que é preocupante porque se entende ser um prazo muito reduzido) e visa no essencial implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, isto depois de todo o cenário negro que esteve no epílogo deste documento, reforçando o objetivo de convergência com a Europa, ao longo dos próximos 10 anos, assim como a produção e implementação da Estratégia Local de Habitação, entre outras iniciativas e ações que marcam em definitivo a agenda do ano findado.

Esta gestão criteriosa e rigorosa implementada possibilitou e continuará naturalmente a possibilitar a viabilidade dos novos desafios e os apoios extraordinários à comunidade sem descurar os investimentos assumidos que seguramente avocam uma vital importância na vida das pessoas. O concelho de Alcochete possui uma identidade plural e única, que exige uma atenção e um empenho permanentes perante todas as situações do quotidiano.

A estratégia de desenvolvimento é necessariamente focalizada para a permanente construção de um concelho centrado nas pessoas. A população do concelho é a razão da existência deste executivo. Esta é a essência do trabalho que todos os dias se desenvolve nos mais diversos sectores da atividade pública. Quere-se que Alcochete continue a ser uma referência no distrito e, sobretudo, na Área Metropolitana de Lisboa, sem que para isso perca a sua história. Por isso, com empenho, com dedicação e muitas das vezes num esforço imensurável, o executivo municipal trabalha afincadamente para continuar a escrever e a manter viva a memória coletiva.

Com o profissionalismo e a abnegação dos trabalhadores da autarquia, Alcochete continua a ser um referencial na área da coesão e inclusão social e, simultaneamente, um concelho preparado para ganhar os desafios da competitividade, da inovação e da modernidade, no quadro de um desenvolvimento sustentável, sendo que este não deixou de ser o enquadramento genérico de toda a ação municipal desenvolvida em 2022, apesar de todas as adversidades e contrariedades a que fomos sujeitos. Nesta perspetiva, a execução das Grandes Opções do Plano e o Orçamento aprovados para o ano de 2022 materializaram a estratégia do executivo assente na prossecução do propósito de correção sustentada de desequilíbrios sócio económicos e urbanísticos, salvaguardando e contribuindo para a diversificação da economia local e a “saúde” financeira do Município, requisitos necessários e fundamentais para um crescimento económico com raízes, fomentando o bem-estar e promovendo a aplicação das políticas necessárias ao cumprimento escrupuloso do compromisso eleitoral para a próxima década. Nesta análise, importa também lembrar as emergentes dificuldades despertadas pelos desafios, não menos exigentes, da descentralização de competências, do permanente equilíbrio das contas públicas transportadas do mandato anterior, da manutenção do esforço em se manter o prazo médio de pagamentos a fornecedores abaixo dos 60 dias; entre outros compromissos. Tarefa muito árdua, mas sobretudo exponencialmente desafiante. Por isso, o executivo está empenhado e determinado em construir todos os dias um futuro auspicioso para todos, valorizando o passado, mas construindo pontes para um amanhã mais saudável, mais ecológico, mais sustentável, diria, mais amigo do ambiente. Desta forma valorizamos os recursos endógenos e a autenticidade local.

Pretende-se que todas as ações promovam um sector produtivo diversificado, inovador, gerador de emprego qualificado e promotor de uma sociedade mais justa, mais equitativa. Quere-se continuar a aumentar exponencialmente o investimento, a reduzir de forma significativa a dívida e a baixar drasticamente a carga fiscal sobre os munícipes. É por isso que diria que da análise e apreciação a tão fundamentais documentos que hoje foram partilhados, a primeira grande conclusão que se retira é que a execução do orçamento, não

obstante todas as dificuldades sentidas e que seguramente vão pairar nos próximos tempos, demonstra que, uma vez mais, os documentos previsionais foram elaborados com rigor e exatidão, pelo que considera deveras essencial detalhar alguns dados que contribuíram para os resultados entretanto alcançados. Assim, referiu que no encerramento do ano de 2022 a Câmara Municipal de Alcochete tinha uma dívida total de €7.190.562,00, salientando que cerca de €2.300.000,00 do valor total da dívida corresponde à Simarsul e lembrando que o valor total da dívida em 23 de outubro de 2017 era de €9.800.810,41. Relativamente ao valor de encerramento do ano de 2022, registou-se um acréscimo de 4,88% do valor total da dívida, face ao período homólogo. Este aditamento deve-se à utilização de empréstimo bancário no montante de praticamente de €1.000.000,00, que resulta das empreitadas das avenidas 5 de Outubro e Canto do Pinheiro, Arranjos Exteriores do Fórum Cultural de Alcochete e Escola Básica do Samouco.

Relativamente ao Resultado Líquido, mencionou que a autarquia encerrou o ano de 2022, com resultado líquido positivo de cerca de €996.987,56, um crescimento significativo face ao ano transato, em que o Resultado Líquido foi de €298.000,00.

Quanto ao Saldo de Gerência, referiu que o ano de 2022 fechou com um saldo de €8.793.243,91, registando um acréscimo de 19,75% face ao ano de 2021. Este facto assenta sobretudo no aumento da receita em harmonia com o aumento da despesa onde se incluí todo o investimento que atingiu valores que nunca foram alcançados por esta autarquia. Ganha com isso a população e, sobretudo, o concelho.

Relativamente à Execução Orçamental, salientou que os Graus de Execução é a análise daquilo que inicialmente estava previsto e o que na realidade se pagou e recebeu. O Grau de Execução no âmbito da Receita foi de 108,54% que corresponde a €26.900.767,11, onde acresce o Saldo de Gerência de 2021, que na altura foi de €7.056.298,89, que depois de integrado no Orçamento de 2022, resulta num máximo de €32.668.628,11. Em 2021, o Grau de Execução Orçamental da Receita foi de 104,72%.

Em relação à Despesa, o Grau de Execução é de 84,30%, que corresponde em termos de valores absolutos a €25.163.822,09. Só para comparação, evidenciou que o ano de 2021 foi encerrado com 83,02% e com um valor de absoluto de pouco mais que €21.400.000,00.

No que diz respeito às Grandes Opções do Plano (GOP's), aludiu que está plasmada toda a despesa de capital, parte da despesa corrente que se identificou como despesa mais relevante. O Grau de Execução em 2022 foi de 76,70%, que corresponde em termos de variação absoluta a €9.926.842,54, salientando que ano de 2021 foi encerrado com um grau de execução de 72,26%.

Quanto ao Plano Plurianual Investimentos (PPI), mencionou que está patente as grandes obras e todos os investimentos municipais. Informou que o ano de 2022 fechou com um Grau de Execução de 71,08%, que equivale a um valor absoluto a €5.589.368,16, o melhor resultado de execução de toda a história da autarquia. O ano de 2021 encerrou com um grau de execução de 63,29%.

Dos investimentos efetuados em 2022 enumerou os grandes investimentos:

- Promoção de Eficiência Energética da Piscina Municipal, investidos €141.500,00, sensivelmente;
- Requalificação e Ampliação da E.B.1 do Samouco, com um valor de €807.000,00;
- Reabilitação dos Equipamento de Utilização Coletiva, um investimento superior a €1.300.000,00;
- Arranjos Exteriores do Fórum Cultural, investimento que ascendeu a €361.000,00;
- Aquisição de Terrenos para Habitação Social, numa verba de €330.000,00;
- Construção da Rede de Saneamento e Repavimentação da rua Vale Figueira, que contemplou um valor de cerca de €500.000,00;
- Construção do Canil (CRO) Município de Alcochete, no valor de €261.000,00;

- Repavimentação de Estradas e Arruamentos – Rede Viária, um investimento que chegou muito perto dos €200.000,00;
- Entre outros...tantos outros que marcam seguramente a vida das populações.

No que diz respeito às Atividades Mais Relevantes (AMR's), afirmou que estas incluem as despesas de capital, nomeadamente, as amortizações de empréstimos e outras despesas correntes com relevo acentuado, como as despesas inerentes à Amarsul, Simarsul, iluminação pública; entre outros. O ano de 2022 foi encerrado com um Grau de Execução de 85,65%, um valor absoluto de mais €4.200.000,00, que não sendo um grau brilhante, teve abaixo daquilo que o Grau de Execução em 2021.

A dívida total em 2017 representava 55,89% da média da receita corrente. No encerramento do ano de 2022 corresponde a 36,61%, significa isto que se porventura à presente fosse liquidada a dívida total do município sobriaria em média cerca de 64% da receita corrente.

No final de 2021, a margem de endividamento da câmara municipal era de €4.259.912,00 e no encerramento das Contas ora analisado, esse valor cifra-se muito perto dos €5.590.170,00.

Seguidamente, referiu que em 2022 vigorou uma taxa de IMI de 0,37, lembrando que que o limite máximo de taxa é de 0,45, em 2023 está-se com uma taxa de 0,36, mais o IMI Familiar que proporciona as seguintes deduções fixas:

- Para quem tem 1 filho, deduz €20,00;
- Para quem tem 2 filhos, deduz €40,00;
- Para quem tem 3 ou mais filhos, deduz €70,00.

A redução de 0,37 para 0,36 representa um decréscimo de 2,7 da Taxa Líquida do respetivo imposto.

No que diz respeito à Derrama em 2022, informou que vigorou uma Derrama reduzida de 0,5% para as empresas cujo volume de negócio fosse inferior a €150.000,00, sendo que a Derrama Geral ficou em 1,5%.

Ao nível da participação dos impostos do Estado, em 2022 foi aplicada uma taxa de 4%, devolvendo aos municípios, enquanto sujeitos passivos de IRS de 1% dessa receita.

Quanto ao Imposto Único de Circulação, salientou que este imposto regista várias oscilações, tão depressa está em €470.000,00, como está em 560.000,00, valor apurado de receita no ano de 2022.

Quanto ao Imposto Municipal de Transação (IMT), informou que o ano de 2022 foi encerrado com um resultado extraordinário de €7.121.077,55, contudo no ano de 2018 a autarquia obteve uma receita que atingiu os €4.200.000,00, todavia, em 2019 a receita baixou para €2.400.000,00. Para o ano de 2023 foi orçada uma receita de €5.000.000,00, dado que a regra financeira diz que quando orçamos se deve ter em consideração o histórico dos últimos dois anos, mas tem dúvidas se consiga atingir este objetivo.

Em resumo, mencionou que desta análise, que elenca os valores e princípios da democracia na sua maior plenitude, ou sejam, rigor e transparência, é absolutamente fundamental referir que nunca o presente executivo perdeu o foco, aquilo que realmente é importante na sociedade em que estamos inseridos, que são as pessoas. Nunca baixou os braços e está convicto que os municípios têm consciência desse inegável esforço. O executivo trabalhou para o bem comum, em condições invulgares e difíceis, mas o resultado está à vista de todos, um concelho ferido na sua economia, mas pujante e determinado na recuperação rápida da normalidade que todos desejamos e que estamos convictos de que vai acontecer.

Da leitura séria e atenta destes documentos, só existe uma conclusão a partilhar:

Que o presente executivo baixou significativamente a carga fiscal sobre os municípios, controlou a dívida da autarquia aumentando a capacidade de endividamento e ampliou exponencialmente o investimento.

Os projetos, as obras, as múltiplas intervenções realizadas resultam em vários milhões de euros, que contribuíram e valorizaram áreas e equipamentos tão elementares como sejam:

- Educação;
- Infraestruturas Desportivas;
- Edifícios Municipais;
- Rede viária;
- Turismo e Cultura.

Salientou que os pilares que marcaram indubitavelmente o percurso do atual executivo ao serviço da causa pública, ou seja, no período compreendido entre 24 de outubro de 2017 e 2022 foram:

- Higiene Urbana;
- Ambiente e Mobilidade;
- Edifícios Municipais;
- Educação;
- Ação Social;
- Infraestruturas Desportivas;
- Rede Viária;
- Turismo e Cultura.

Não obstante naturalmente todo o desempenho e esforço desenvolvidos noutras áreas não menos importantes para a comunidade do concelho.

Mais referiu que o futuro se apresenta auspicioso, desafiante, provocador acrescentaria, mas que não se intimida com isso, o futuro apenas adiciona maior sentido de oportunidade, mas também de confiança, muita confiança diria, para que o atual executivo com esta cultura de empenho, esforço e dedicação por via do Plano Estratégico do Arco Ribeirinho Sul, da Estratégia Local de Habitação, do Plano de Recuperação e Resiliência Português, do Plano de Integração das Comunidades Desfavorecidas e de todo o Quadro

Comunitário, continue a investir nas pessoas, aumentando a qualidade de vida para todos, respeitando a integridade contabilística das contas públicas que se apresentam consolidadas e fundamentalmente sustentáveis.

Por fim, deixou uma palavra de gratidão a todos aqueles que dentro e fora da organização contribuíram para os resultados alcançados, com particular destaque para os trabalhadores da autarquia, porque, assim todos juntos, se está seguramente a melhorar Alcochete.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que a autarquia vive um momento que tem vindo em crescente desde 2017, dando como exemplo o mês de dezembro de 2022 que encerrou com uma dotação orçada de €29.718.035,00 e com um acumulado executado de €33.022.750,00, o melhor resultado da autarquia desde sempre. Quando se orça 29 milhões e depois se tem uma receita de 33 milhões, não há dúvida que efetivamente existe um desafogo financeiro extraordinário. Se se consultar o quadro da evolução das receitas, verifica-se que em 2019 o total foi de €18.127.000,00, em 2020 de €19.261.000,00, em 2021 de €19.336.000,00 (altura da pandemia) e agora em 2022 de €21.471.000,00, pelo que não há dúvidas que a câmara municipal tem condições extraordinárias e não só este ano, mas já nos anos anteriores, pelo que deviam ter sido atingidos outros objetivos e terem sido criadas melhores condições para a população do concelho de Alcochete.

Salientou que em 2017 a dívida do município era de cerca de €9.000.000,00, porém a autarquia ainda tinha capacidade de endividamento em €2.000.000,00, o que quer dizer que a saúde financeira da câmara estava regularizada, aludindo que em 2014 a dívida era de €14.000.000,00, portanto, houve uma recuperação no último mandato da CDU, ou seja, estabilizou financeiramente, pelo que quem dirigiu o mandato que se seguiu, em 2018, recebeu uma autarquia saudável em termos económicos, considerando que isso não pode ser negado.

Aludiu que houve tempos que para construir um orçamento de €17.000.000,00/€18.000.000,00 havia a necessidade de recorrer a ativos da câmara para utilizar esses valores e pô-los em orçamento para se poder cabimentar despesas que muitas vezes muito dificilmente se conseguiriam executar, porém, havia a rubrica aberta e muitas obras se concretizaram nesse tempo, mesmo sem muito dinheiro e com grandes dificuldades financeiras. Está satisfeito que as condições financeiras do concelho onde vive sejam agora estas, contudo é da opinião que uma outra forma de gestão, os resultados alcançados no que diz respeito aos serviços prestados à população seriam melhores como, por exemplo, no caso do IMI e IRS, o executivo poderia ter ido mais além, tendo falado disso na altura da discussão do orçamento e os resultados vieram a dar-lhe razão, que era possível ter ajudado mais as famílias nesse sentido. Não tem nada a dizer no que diz respeito à apresentação das contas, contudo, na sua opinião com toda esta força financeira o executivo poderia ter ido mais além no serviço a prestar às populações e até na opção de investimentos, considerando que a câmara poderia ter investido mais, por exemplo, em meios operacionais para a execução de trabalhos por administração direta.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 15 votos a favor do PS e 9 abstenções (5 da CDU, 2 do CDS-PP, 1 do PSD 1 do Chega).

» Diogo Mourão apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do PS:

«A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, votou a favor do Ponto 2 da Ordem de trabalhos, por considerar que os resultados apresentados, no que respeita ao fecho do ano de 2022, seguem em linha com o compromisso assumido junto dos munícipes do concelho de Alcochete, ou seja, um aumento do investimento, um controlo da dívida da autarquia e uma redução substancial dos impostos.

Destacamos o fecho do ano com um resultado líquido positivo (cerca de 996 mil euros), a percentagem de execução da despesa (de 84,3%) e no que

respeita à grandes opções do plano (76%) e a percentagem de execução da receita (108%).

Estes resultados ganham ainda mais relevância se olharmos para o contexto que os rodeia, se por um lado os anos de 2020 e 2021 foram anos marcados por uma pandemia sem precedentes no mundo, o ano de 2022 foi marcado por uma guerra no continente europeu.

Exortamos assim o executivo a prosseguir com as medidas necessárias à boa gestão pública, com rigor e transparência, como tem feito até aqui.»

### **PONTO 3 – 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR'S) DE 2023**

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 12/04/2023:

«A segunda revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €346.788,00 e anulou rubricas no montante de €300.012,00, apresentando um saldo positivo no valor de €46.776,00.

A segunda revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €436.906,00 e anulou rubricas no montante de €390.130,00, registando um saldo positivo no montante de € 46.776,00.

A segunda revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €18.820,00 que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes:

- O Plano Plurianual de Investimentos registou um saldo positivo no valor €1.599,00;

- As Atividades Mais Relevantes registaram um saldo negativo no valor €20.419,00.

Assim proponho:

1. A aprovação à segunda revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2023:

- A segunda revisão ao Orçamento da Receita que reforçou rubricas no montante de €346.788,00 e anulações no montante de €300.012,00, perfazendo um saldo de €46.776,00;
- A segunda revisão ao Orçamento da Despesa que reforçou rubricas no montante de €436.906,00 e anulou rubricas no montante de €390.130,00, registando um saldo positivo no montante de €46.776,00;
- A segunda revisão às Grandes Opções do Plano regista um saldo negativo de €18.820,00, que se reflete no Plano Plurianual de Investimento com um saldo positivo de €1.599,00 e nas Atividades Mais Relevantes, com um saldo negativo de €20.419,00.

2. Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Antes de efetuar uma nota introdutória à proposta, mencionou que os investimentos da autarquia assentam em dois pilares fundamentais, o compromisso assumido pelo atual executivo com a população, por via do

compromisso eleitoral e o quadro comunitário. Ajudar mais as famílias com redução de impostos é aquilo que o tem sido realizado paulatinamente desde 2017. Ao longo deste período as famílias estão a ser ajudadas também com melhores escolas para os seus filhos, melhores infraestruturas desportivas, melhor rede viária, melhor programação cultural, enfim, por um conjunto de investimentos que também beneficiam as famílias.

Quanto à revisão agora apresentada, surge da necessidade de criar rúbricas no âmbito da receita por via da aprovação de candidaturas inerentes à acessibilidades e mobilidade, assim como as candidaturas do Programa “1.º Direito” de habitação social, ou seja, criar rúbricas para dar resposta àquilo que tem sido as candidaturas que o município tem vindo a formalizar.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada maioria com 15 votos a favor do PS e 9 abstenções (5 da CDU, 2 do CDS-PP, 1 do PSD 1 do Chega).

#### **PONTO 4 – 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2023**

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 12/04/2023:

«A presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, identifica o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as atividades do Município de Alcochete neste ciclo de gestão, - tendo em consideração a responsabilidade pelo dimensionamento e pelos desafios que emergem do contexto envolvente da autarquia.

A estratégia de recursos humanos delineada pelo Município de Alcochete, implica assim uma verdadeira gestão previsional dos postos de trabalho e das competências necessárias para que a ação global da autarquia seja eficiente e eficaz, ao mesmo tempo que valoriza as pessoas que nela trabalham,

procurando criar, as possíveis oportunidades de motivação e desenvolvimento individual.

Desta forma a presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal - tendo em consideração o último Mapa de Pessoal, aprovado em reunião de câmara de 16/02/2023 e sessão da assembleia municipal de 28/02/2023 - reflete para além da avaliação do impacto das saídas que se têm registado, as necessidades identificadas pelos serviços, em áreas deficitárias.

No que respeita, às restantes movimentações/necessidades, identificadas nos últimos meses, correspondem às seguintes ocorrências:

- 1) Vacatura de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de Higiene Urbana/Recolha de Resíduos Urbanos da DAHUEV - Divisão de Ambiente, Higiene Urbana e Espaços Verdes, por aposentação do trabalhador;
- 2) Vacatura de três postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo determinado, no regime de contrato de trabalho a termo certo, da carreira de técnico superior, área Educação Física e Desporto, da DCDJ – Divisão de Cultura, Desporto e Juventude;
- 3) Vacatura provisória de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira assistente operacional, área de educação da DEIS - Divisão de Educação e Intervenção Social, que saiu no regime de mobilidade na categoria, para outro organismo;
- 4) Vacatura provisória de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira técnico superior, área de comunicação e imagem do GCI – Gabinete de Comunicação e Imagem, que saiu no regime de mobilidade na categoria, para outro organismo;

- 5) Vacatura provisória de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de educação da DEIS, que saiu por procedimento concursal para outro organismo;
- 6) Vacatura definitiva de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, área de geografia da DAT – Divisão de Administração do Território, por consolidação da mobilidade noutra organismo;
- 7) Criação dos seguintes postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado:
  - 1 da Carreira de técnico superior
  - 1 Engenharia do Ambiente, DAHUEV;
  - 1 da Carreira de assistente técnico
  - 1 Administrativo para o GASSP – Gabinete de Autoridade Sanitária e Saúde Pública;
  - 1 Biblioteca e Documentação para a DCDJ;
  - 2 da Carreira de assistente operacional
  - 1 Sonoplastia para a DCDJ;
  - 1 Apoio à Produção (Cultura) da DCDJ;
  - 1 da Carreira subsistente e/ou não revista
  - 1 Técnico de informática, da DAGR– Divisão de Administração e Gestão de Recursos;
- 8) Ocupação de dois postos de trabalho, com vínculo de emprego público a termo resolutivo incerto, da carreira de assistente operacional, área de educação, da DEIS para substituição de trabalhadoras ausentes;
- 9) Ocupação de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, área engenharia civil, da DILT - Divisão de Infraestruturas, Logística e Transportes;

- 10) Ocupação de três postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, área Educação Física e Desporto, da DCDJ;
- 11) Ocupação de dois postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de Higiene Urbana/Recolha de Resíduos Urbanos, da DAHUEV;
- 12) Ocupação de cinco postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de Higiene Urbana/Varredura, da DAHUEV;
- 13) Ocupação de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de Higiene Urbana/Varredura, da DAHUEV, por regresso de licença sem remuneração;
- 14) Ocupação de dois postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de águas e saneamento, da DILT;
- 15) Ocupação de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de apoio a eventos, da DILT;
- 16) Ocupação, no regime de mobilidade intercarreiras, de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, área de Engenharia Eletrotécnica da DOME – Divisão de Obras e Manutenção de Equipamentos, por um assistente técnico da área de técnico de eletrotécnica da mesma unidade orgânica;

17) Reafecção de 3 postos de trabalho ocupados, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado:

1 técnico superior do Setor de Cultura da DCDJ, para o GIDET – Gabinete de Inovação, Desenvolvimento Económico e Turismo;

1 assistente técnico da DAGR – Divisão de Administração e Gestão de Recursos, para o Setor de Apoio Administrativo da DILT;

1 assistente técnico da DEIS, da área de animação cultural, para o Setor de Apoio Administrativo da DILT;

Assim, propõe-se ao Executivo Municipal deliberar no sentido de:

a) Aprovar a segunda alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, conforme documentos anexos, nos termos e para efeitos do n.º 2, do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e do n.º 5, do artigo 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o n.º 2 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro;

b) Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão, registou-se as seguintes intervenções:

– Presidente da câmara

Referiu que a proposta para além de apresentar as alterações habituais que por via das aposentações, exhibe a celebração de novos contratos. Salientou que o município, desde 2017, tem vindo a contratar assistentes operacionais, como também regularizou do vínculo precário de muitos trabalhadores.

No que diz respeito a novos contratos, evidenciou a criação de postos de trabalho para: 1 técnico superior no âmbito da Engenharia do ambiente, 2 assistentes técnicos, 1 para o Gabinete de Autoridade Sanitária e Saúde Pública e outro para a área de biblioteca e documentação; 2 assistentes

operacionais, 1 na área da sonoplastia e 1 para apoio à produção, 2 assistentes operacionais que seguramente irão contribuir para que a autarquia deixe de contratar externamente alguns serviços e 1 da carreira de subsistente e não revista, isto é, o chamado técnico de informática.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Julga que existem algumas categorias em termos dos operacionais que poderiam e deveriam ser tidas em atenção, por exemplo, as categorias como os pedreiros, os eletricitas, os asfaltadores, os jardineiros e os calceteiros, dado serem atividades importantes para o concelho. Atualmente, grande parte destes serviços são efetuados recorrendo à prestação de serviços externos, que no presente ano rondaram quase €6.000.000,00. Na sua perspetiva, o setor de jardins deveria ter equipas ou subequipas que abrangessem todo o concelho num acompanhamento diário, bem como o setor de conservação das vias que também requer um acompanhamento diário. Considera que uma obra como aquela de construção de uma rampa para a entrada de um prédio e modificação de uma casa de banho, deveria ser um trabalho que a autarquia deveria ter condições de realizar por administração direta que teria menos custos, porém para isso era necessário criar lugares no Mapa de Pessoal. É verdade que teria mais despesas com o pessoal, mas se se olhar para o dinheiro que é gasto na aquisição de serviços externos, o valor não se esgotava com os vencimentos das pessoas que fossem efetivamente admitidas.

– Presidente da câmara

Referiu que ponto de vista dos pedreiros, quer dos carpinteiros, quer dos eletricitas, todos os anos foram abertos concursos e preenchidas vagas, informando que atualmente para calceteiro está em curso um procedimento concursal. Informou que os pedreiros da autarquia estão a realizar trabalhos de recuperação das habitações sociais, no âmbito da Estratégia Local de Habitação. Salientou que os asfaltadores não desapareceram, existe uma equipa e que todos os anos é efetuado um forte investimento em recursos

humanos, por exemplo, em 2022, para o setor de higiene urbana e espaços verdes foram aprovados mais de 8 ou 10 contratos de trabalho.

Quanto à questão da construção da rampa de acesso, salientou que não se estava apenas e só a falar de uma rampa de acesso a um prédio, mas a falar de um conjunto de outras intervenções que vão existir na habitação da senhora em questão e informou que esse trabalho foi introduzido no âmbito de uma candidatura, pelo que obriga a realizar o trabalho recorrendo a serviço externo. Considera que existindo no Plano do Quadro Comunitário dinheiro, proveniente da União Europeia, para concretizar um determinado trabalho, é sempre melhor que ser o município a desembolsar verba.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que não disse que os asfaltadores tinham desaparecido, apenas frisou que todas essas equipas que mencionou deveriam já ter sido reforçadas com mais elementos para se poder corresponder melhor às necessidades, por exemplo, na jardinagem era bom que se tivesse uma equipa que olhasse diariamente para as zonas verdes de Alcochete, outra que olhasse para S. Francisco e Passil e ainda uma outra que olhasse para os espaços verdes do Samouco, ou seja, a autarquia ser autossuficiente nesta área, em vez de se estar a gastar dinheiro em contratação de serviços. Considera que se a câmara for autónoma no que diz respeito à jardinagem e outros setores a população será muito mais bem servida, porque os trabalhadores da autarquia são aqueles que dão tudo à população, não havendo empresa nenhuma que consiga fazer melhor o serviço que os funcionários do município, porém dez não podem fazer o trabalho de vinte. A sua perspetiva é que sejam melhoradas estas equipas levando à autossuficiência, diminuindo os gastos financeiros.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 15 votos a favor do PS e 9 abstenções (5 da CDU, 2 do CDS-PP, 1 do PSD 1 do Chega).

**PONTO 5 – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DO PASSIL, PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL**

Proposta aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de 12/04/2023:

«De forma a dar continuidade ao processo de construção do novo Complexo Desportivo do Passil, é necessária a desafetação de uma parcela de terreno com 11.000,00 m<sup>2</sup>, sita na rua do Monte do Passil, na freguesia de Alcochete e integrada no Domínio Público para o Domínio Privado Municipal.

Assim proponho:

1. A desafetação de parcela de terreno do Domínio Público para integrar o Domínio Privado Municipal, com a área de 11.000,00 m<sup>2</sup>, que confronta a norte com Caminho Publico e este com o Lote 62 do Loteamento do Passil, a sul com rua do Grupo Desportivo do Passil e a oeste com rua do Monte do Passil, na freguesia de Alcochete.
2. A presente proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, para deliberação.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Referiu que esta desafetação poderia ter sido efetuada há mais tempo, porém só agora se conseguiu preconizar e cumprir com aquilo que é fundamental para se desencadear esta proposta, ou seja, a desafetação de parte de território de domínio público para o domínio privado municipal.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

**PONTO 6 – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA FURO DE CAPTAÇÃO CR1 NA FONTE DA SENHORA, PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL**

Proposta aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de 12/04/2023:

«Pela escritura de 07-06-2019, foi adquirida uma parcela de terreno com a área de 519,03 m<sup>2</sup>, sita na rua das Hortas, na Fonte a Senhora, freguesia de Alcochete. Desta área deve ser desafetada para o Domínio Privado Municipal uma parcela com 442,43 m<sup>2</sup>, sendo que na mesma se encontra o furo de captação de água CR1 e estação elevatória, ficando a restante área (76,60 m<sup>2</sup>) no Domínio Público para arruamentos.

Assim proponho:

1. A desafetação de parcela de terreno do Domínio Público para integrar o Domínio Privado Municipal, com a área de 442,43m<sup>2</sup>, sita na rua das Hortas, na Fonte da Senhora, freguesia de Alcochete, que confronta a norte rua das Hortas, a sul e nascente com Diogo da Silva de Mendonça e a poente com Estrada do Foro do Pinhal do Concelho.
2. A presente proposta deve ser remetida à assembleia Municipal, para deliberação.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Mencionou que a presente proposta segue a mesma linha da proposta anterior, agora num outro espaço do território, num terreno que a autarquia adquiriu

para executar o furo de água na Fonte da Senhora, nomeadamente o furo de captação de água CR1, numa área de 519 m<sup>2</sup>. A área a desafetar para domínio privado municipal corresponde à parcela onde está instalado o furo e restante parcela é para execução dos arruamentos.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

**PONTO 7 – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA FURO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA CBR2 NO SAMOUÇO, PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL**

Proposta aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de 12/04/2023:

«No seguimento da emissão do Alvará de Loteamento E-4/99, foi cedida ao Município uma parcela de terreno com a área de 7.881,93 m<sup>2</sup>, na rua Ruy de Sousa Vinagre, na freguesia de Samouço. Desta área, deve ser desafetada para o Domínio Privado Municipal, uma parcela com a área de 5.094,00 m<sup>2</sup> para equipamentos, nomeadamente o furo de abastecimento de água CBR2 e estação elevatória.

Assim proponho:

1. A desafetação de parcela de terreno do Domínio Público para integrar o Domínio Privado Municipal, com a área de 5.094,00 m<sup>2</sup>, sita na rua Ruy de Sousa Vinagre, na freguesia de Samouço, que confronta a norte com Catarina Sofia Santos Poejo, a sul com rua Ruy de Sousa Vinagre, a nascente com Domínio Público e poente com Caminho Público.
2. A presente proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, para deliberação.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Aludiu que da proposta anterior apenas muda o local. Esta parcela inicialmente foi integrada no domínio público, procedimento que à época era habitual, existindo agora a necessidade de a integrar no domínio público municipal.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

### **PONTO 8 – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA CENTRO SOCIAL DO PASSIL, PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL**

Proposta aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de 12/04/2023:

«De forma a regularizar os registos do edifício do Centro Social do Passil, torna-se necessário a desafetação de uma parcela de terreno com 718,00 m<sup>2</sup>, sita no Passil, na freguesia de Alcochete, agora integrada no Domínio Público e a desafetar para o Domínio Privado Municipal.

Assim proponho:

1. A desafetação de parcela de terreno do Domínio Público para integrar o Domínio Privado Municipal, com a área de 718,00 m<sup>2</sup>, sita no Passil, que confronta a norte, sul, nascente e poente com Domínio Público.
2. A presente proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, para deliberação.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Referiu que a proposta é similar à aprovada relativamente ao Campo de Futebol do Passil e consiste fazer a desafetação deste equipamento, Centro Social do Passil, para o integrar no domínio privado municipal, desafetando-o do domínio público.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

## **PONTO 9 – DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA EFEITOS DE EXPROPRIAÇÃO PARA O DOMÍNIO MUNICIPAL**

Proposta aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de 12/04/2023:

«Considerando que:

1. A sociedade “Júlia Maria M.S. – Exploração Piscícola, S.A.”, pessoa coletiva n.º 507032748, com sede na rua da Morgadinha de Baixo, n.º 18, Quinta da Morgadinha, Charneca de Caparica, freguesia: Charneca de Caparica e Sobreda, concelho de Almada, é dona e legítima possuidora do prédio urbano, sito na Quinta da Praia, composto de parcela de terreno que se destina a caminho de serventia, com área total de 5.700 m<sup>2</sup>, que confronta de norte com o mar, de sul com Joaquim Capelo, de nascente com Esteiro da Marinha do Conde Unhão e poente com Estrada para o cais, inscrito na matriz predial urbana da freguesia do Samouco sob o artigo 573, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcochete sob o n.º 442 da referida freguesia, conforme planta que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta;
2. O mesmo encontra-se localizado em área classificada como Reserva Ecológica Nacional, na margem do estuário a cota inferior a 5,00 m,

sendo, pois, de natureza inundável e sem possibilidade de edificabilidade;

3. Desde tempos imemoriais, mas seguramente há mais de 80 anos, que o acesso ao Cais Palafítico do Samouco se faz através do referido prédio;
4. Acesso, esse, que sempre se mostrou permanente e pacífico, ocorrendo de boa-fé, concedendo-lhe um carácter de utilização pública, aberta e disponível a todos, porquanto nunca de encontrou vedado, impedido o acesso ou foi apresentada qualquer resistência ao uso do mesmo;
5. Por se considerar de interesse público, foram encetados contactos e negociações com os referidos proprietários, o que se encontra devidamente documentado no Proc.º Administrativo n.º 253/99 da DAGR, que, não obstante, resultaram frustrados;
6. Não se conhecem outros interessados que concorram com o município no uso do prédio;

Termos em que, face ao exposto, propõe-se que o órgão colegial executivo do município delibere favoravelmente considerar a declaração de utilidade pública para expropriação do referido prédio e autorizar a apresentação à apreciação da Assembleia Municipal a mesma e a consequente proposta de aquisição do referido imóvel por expropriação para domínio municipal, a correr termos conforme disposto na Lei n.º 168/99 de 18/09, na sua redação atual (Lei n.º 56/2008 de 04/09), para manutenção do fim de acesso ao Cais Palafítico do Samouco, sendo o valor previsível de encargos a suportar pela mesma de Euros: 105.000,00 (cento e cinco mil euros), conforme avaliação previamente elaborada a pedido das partes e devidamente documentada no referido processo.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Começou por mencionar que esta proposta é similar às desafetações, embora esta tenha de ser por via da desapropriação. A área referida está localizada em área classificada como Reserva Ecológica Nacional, na margem do Estuário a uma quota inferior a 5 m, sendo assim de natureza inundável sem possibilidade de qualquer edificabilidade. De modo a assegurar, fundamentalmente, o acesso ao Caís Palafítico, importa proceder à declaração de utilidade pública do espaço para depois se proceder à expropriação para integrá-lo no domínio municipal.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

## **PONTO 10 – REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOCHETE**

Proposta apresentada pela Comissão para Revisão do Regimento da assembleia Municipal:

«A Comissão tomou posse a vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois.

Reuniu igualmente nos dias treze de janeiro e dez de fevereiro de dois mil e vinte e três.

No texto que se apresenta, para aprovação da Assembleia Municipal, participaram todos os elementos da Comissão e numa forma construtiva, fez-se uma revisão que estivesse em linha de conta o seguinte:

1. A realidade pós pandemia, com a transmissão das reuniões *streaming*, sempre que haja condições técnicas;
2. A alteração do termo Período de Intervenção do Público para Período de Intervenção dos Múncipes e que ocorre antes do Período Antes do Dia e num só período;

3. Numa perspetiva ecológica de redução de papel, as convocatórias para a Assembleia Municipal passam a ser feitas por *email*, a que os membros devem responder, acusando a receção;
4. Fica igualmente no Regimento a referência à realização da Sessão Solene do Vinte Cinco de Abril, numa organização desta Assembleia;
5. A realização das reuniões ser possível a sua realização em qualquer local do concelho, desde que as condições técnicas o permitam;
6. Que a Assembleia cumpre as regras de privacidade e proteção de dados.

Entre outras pequenas alterações.»

Submetida a proposta à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- José Luís Catalão, bancada do PS

Na qualidade de presidente da Comissão para Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Alcochete, em primeiro lugar congratulou-se pelo trabalho desenvolvido pela presente Comissão, nomeadamente o empenho demonstrado por parte de todos os elementos. Foi um trabalho coletivo em que todos participaram com sugestões ao documento, que reflete as alterações indicadas no texto da proposta apresentada. Informou que para elaboração da revisão do Regimento, a Comissão recorreu ao Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e também ao da Assembleia Municipal de Almada.

Seguidamente, solicitou que fosse efetuada uma alteração ao artigo 15.º, n.º 1. Assim onde se lê: “A convocatória, contendo a Ordem do Dia, data, a hora, o local da realização da sessão e a sua natureza, deve ser divulgada na página da Assembleia Municipal, no site do Município, através de Edital e enviado por correio eletrónico a todos os Deputados Municipais que devem confirmar a sua receção.” Deverá ler-se: “A convocatória, contendo a Ordem do Dia, data, a hora, o local da realização da sessão e a sua natureza, deve ser divulgada na página da Assembleia Municipal, no site do Município, através de Edital e enviado por correio eletrónico a todos os Deputados Municipais que devem

confirmar a sua receção, podendo ser entregues através de uma cópia em papel, desde que solicitado.”

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Alertou para o facto de poder existir algum deputado que não tenha *email*, ou que não tenha dado, ou não quer que utilize o seu *email*, que é um direito que lhe assiste, pelo que, nestes casos terá de ser convocado por escrito.

Submetido à votação, o Regimento foi aprovado por unanimidade, com a alteração proposta.

## **PONTO 11 – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL**

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia

Recordou que tinha sido eleito um representante da assembleia para este Conselho, só que de acordo com a Lei atual, o representante tem de ser um autarca de junta de freguesia e não um membro da assembleia municipal. Assim, urge a necessidade de nova eleição.

- Ana Brandão, bancada da CDU

Propôs alteração ao título do ponto, para “Eleição de autarca de freguesia para o Conselho Cinegético Municipal”, conforme descrito no ofício enviado pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, alegando que um autarca de freguesia não tem de ser propriamente o presidente da junta de freguesia, podendo ser um eleito da assembleia de freguesia.

- Presidente da assembleia

Confirmou e solicitou a correção do título do ponto. Contudo, ressaltou que na assembleia apenas os presidentes de juntas de freguesia estavam representados, questionando se, nomeadamente, a bancada do PS tinha alguém para indicar, para além dos autarcas presentes, tendo obtido silêncio.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Mencionou que os autarcas de freguesia eram: o executivo da junta de freguesia e os eleitos da assembleia de freguesia. É verdade que representados na assembleia municipal apenas estão os presidentes das juntas de freguesia, porém, a nomeação poderia recair sobre outros elementos, executivo ou assembleia de freguesia. Considera que o assunto não foi visto nesse prisma e tem a convicção que nenhum presidente de junta discutiu a situação nos seus órgãos.

- Presidente da assembleia

Reiterou que questionou aos presentes, que engloba os presidentes de junta de freguesia, se tinham alguém para indicar e o que obteve foi o silêncio.

- Presidente da câmara

Informou que que os Conselhos Cinegéticos e de Conservação da fauna Municipais, vulgarmente designados por Conselhos Cinegéticos Municipais são apenas um órgão consultivo, ou seja, não emitem pareceres vinculativos e circunscrevem-se à área do concelho. São presididos pelo presidente da câmara e de acordo com o n.º 2, do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 24/2018 de 11 de abril, estabelece um regime jurídico de conservação, fomento e exploração de recursos cinegéticos, constituídos pelo seguintes vogais:

- Três representantes dos caçadores do concelho;
- Dois representantes dos agricultores do concelho;

- Um representante das ZCT do concelho;
- Um representante das associações de defesa do ambiente existentes no concelho;
- Um autarca de freguesia a eleger em assembleia municipal;
- Um representante da DGRF sem direito a voto;
- Um representante do ICN, no caso da área do município abranger áreas classificadas, sem direito a voto.

A composição de cada conselho é fixada por despacho do membro do Governo responsável pelas áreas da agricultura e do desenvolvimento rural e a duração do mandato dos membros destes conselhos é de quatro anos.

Mais informou que a prática corrente de outros municípios, no que diz respeito ao autarca de freguesia a eleger em assembleia municipal, é eleger o presidente de junta de freguesia.

- Presidente da assembleia

Esclareceu que, após consulta pelos elementos da mesa da assembleia municipal, a definição de um autarca é: “É aquele que governa”. Assim, não poderia ser designado um elemento da assembleia de freguesia, dado que esta apenas tem poder deliberativo e fiscalizador, quem governa é o executivo.

Seguidamente, solicitou que a bancada do PS indicasse um nome, dado os três presidentes de junta pertencerem a essa bancada.

- Ana Maduro, bancada do PS

Indicou Maria Manuel da Costa Maduro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete.

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- 17 votos a favor
- 7 votos em branco

Desta forma, ficou eleita Maria Manuel da Costa Maduro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete.

## **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções.

## **PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO**

Aberto este período o presidente da assembleia referiu que o artigo 22.º do Regimento da Assembleia Municipal, agora com a alteração, artigo 26.º, diz: “É concedida a palavra aos vereadores para intervir, sem direito a voto nas discussões, a solicitação do Plenário da Assembleia ou anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal”. Considera que a diferença entre “e” e “ou” é fundamental, ou seja, se a assembleia decidir que um vereador deve responder a uma questão, o mesmo responde sem necessitar da anuência do presidente da câmara.

Seguidamente, registaram-se as seguintes intervenções:

- Rui Mortal, bancada da CDU

Referiu que sendo possível um vereador intervir com a anuência do senhor presidente da câmara, questionou se o mesmo dava consentimento para o vereador Jorge Giro se pronunciar quanto ao que o deputado Leonel Fina, na qualidade de presidente da Junta de Freguesia do Samouco, disse no Período de Antes da Ordem do Dia, sobre a obra da praça da República, em Samouco.

- Vereador Jorge Giro

Com a devida autorização do senhor presidente da câmara, começou por agradecer a permissão para se pronunciar. Referiu que tinha dúvidas quanto ao facto da placa mencionada estar apenas colada com silicone, até porque a colocação da mesma foi acompanhada pelos técnicos da câmara municipal, assim como o projeto e obra de requalificação da praça da República, em Samouco. Não pode admitir que se diga, porque fez parte do executivo CDU que realizou a obra no mandato 2013 – 2017, que a obra foi mal feita e feita à pressa, até pelo bom nome dos técnicos da câmara municipal que acompanharam desde sempre a obra. O facto é que o senhor presidente da Junta de freguesia de Samouco sempre foi contra esta obra, tanto é que na sua página do *Facebook*, em 5 de setembro de 2021, escreveu: “que é das piores aberrações que já vi” e ainda a obra estava sem qualquer abatimento. Estando contra é normal que diga que é mal feita e feita à pressa, mas não foi. Qualquer obra tem os seus senões com o passar dos anos, cabendo aos autarcas realizarem as respetivas reparações, porque nada é para sempre. Reiterou que como responsável político por uma obra se sentiu ofendido pelo que foi afirmado.

– Leonel Fina, bancada do PS

Afirmou que era impossível dar a volta à praça da República sem cair nos buracos que abateram no alcatrão, bem como é impossível aos autocarros darem a volta sem arrancar um bocado de lancil ou passar por cima do lancil. Com estes factos, dizerem-lhe que a obra foi fiscalizada e está bem feita, então, pede desculpa pela ofensa.

– Diogo Mourão, bancada do PS

Considera que a discussão é infrutífera e não os vai levar a lado nenhum, contudo, realçou o facto de na última sessão da Assembleia Municipal o deputado Rui Mortal questionar sobre os abatimentos verificados na rua Vale Figueira, dizendo que a obra tinha deficiências, o que é verdade e por dizer isso, ninguém se deve sentir ofendido. Quanto à obra da praça da República, em Samouco, realçou que a mesma foi inaugurada junto à realização das

eleições autárquicas e considerando que no próprio dia da inauguração havia trabalhos a decorrer, quer dizer que algum trabalho foi feito à pressa, o que é normal, não vendo mal nisso.

- Presidente da assembleia

Mencionou que as obras não são da responsabilidade de quem governa, é responsabilidade de quem executa. Portanto, se o empreiteiro nesta ou outra obra fez o que não devia ter feito, não são os vereadores, nem o presidente da câmara que são responsáveis por isso.

Seguidamente propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Frisou que os abatimentos verificados na praça da República, em Samouco, são junto aos cafés “Fridoce” e “Cuba”, perto dos sumidouros, questionando quanto tempo depois da obra ser inaugurada isso aconteceu, possivelmente um ou dois anos depois. Se o objetivo é denegrir o mandato anterior que executou a obra, não lhe parece correto, como não é correto acusar o atual executivo pelo abatimento do alcatrão na rua Vale Figueira, porque não tem culpa desse acontecimento, por vezes nem o projetista. Considera normal que o senhor vereador tenha sentido ofendido, porque as intervenções que foram efetuadas foram no sentido de o chamarem incompetente, só pelo facto da obra ter sido executada no fim do mandato.

- Presidente da assembleia

Também considera que esta discussão é infrutífera, porque cada deputado terá a sua opinião, cabendo a cada um tirar as conclusões das intervenções efetuadas.

Posteriormente o presidente da câmara, considerando a importância que o 25 de Abril tem para Portugal e para os portugueses, endereçou, em nome do presidente da assembleia o convite à participação de todos, inclusivamente da população, para assistir à Sessão Solene do 25 de Abril, a realizar no dia 25 de abril, pelas 16h30, no Fórum Cultural de Alcochete. Informou que logo imediatamente a seguir à Sessão Solene se irá ter a oportunidade de assistir a uma peça de teatro intitulada “26 de abril, o dia seguinte”, uma grande produção estreada há dois ou três anos com grande sucesso noutros municípios. Mais informou que também âmbito das comemorações do 25 de Abril, no dia 24 de abril, pelas 22h30, no largo de S. João se irá realizar o concerto com Ana Bacalhau. Nas freguesias de S. Francisco e Samouco Abril irá ser assinalado com diversas iniciativas, quer de cariz cultural, como desportivo.

– Presidente da assembleia

Agradeceu amabilidade do senhor presidente da câmara em apresentar a Sessão Solene do 25 de Abril da Assembleia Municipal, apelando à participação de todos membros da assembleia municipal. Informou que na Sessão Solene irá intervir uma pessoa de cada partido e uma pessoa da população, este ano da área da cultura. Estendeu o convite à população do concelho.

– Ana Maduro, bancada do PS

Apresentou a seguinte Declaração Política “50 anos do Partido Socialista”:

«Comemora-se este ano o 50.º aniversário do Partido Socialista, um marco de indelével importância para o país e de reafirmação do PS como o grande partido da Liberdade e da Democracia (antes e depois do 25 de Abril).

A criação do PS deu-se a 19 de abril de 1973, na cidade alemã de Bad Münstereifel, quando o Congresso da Ação Socialista Portuguesa (ASP), “ponderando os superiores interesses da Pátria, a atual estrutura e dimensão

do movimento, as exigências concretas do presente e a necessidade de dinamizar os militantes para as grandes tarefas do futuro, deliberou transformar a ASP em Partido Socialista”. Foi este o primeiro macro para a fundação no exílio, do partido que assumiu funções determinantes na criação das bases do Estado de Direito Democrático e do Estado Social, assim como foi o motor da integração Europeia e o defensor do Modelo Social Europeu e de uma Europa unida ao serviço dos cidadãos.

O Partido Socialista é um partido humanista, interclassista, impulsionador de políticas de solidariedade e de combate à pobreza, defensor das grandes causas e dos novos direitos da contemporaneidade, das políticas de inclusão, transição verde e transição digital, de acolhimento e integração de refugiados e migrantes. É uma marca cultural, artística e simbólica e é um espaço de pluralidade e de construção e inovação contínuas, constituído por múltiplas gerações, que ao longo deste meio século têm vindo a lutar para a existência e manutenção de uma sociedade dinâmica, mais justa, mais inclusiva, menos desigual, assente na inovação e na modernização do país.

A bancada do Partido Socialista vem por este meio saudar e homenagear todos os históricos militantes que deram a cara e a alma na criação deste partido e todos os outros que lhe seguiram o rastro, com vista a não deixar esquecer a sua luta e a honrar o compromisso e os pilares do partido democrático, cuja missão continua a ser viver em liberdade e em paz, por um Portugal melhor.»

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:30 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A TÉCNICA SUPERIOR,